

Estudo da UC prevê impacto das alterações climáticas na mortalidade a curto e a longo prazo

29 de Março, 2022

Um estudo realizado por Mónica Rodrigues, investigadora no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Universidade de Coimbra (UC), projeta o impacto das alterações climáticas na mortalidade em Portugal a curto e a longo prazo.

Na investigação, Mónica Rodrigues utilizou modelos avançados para quantificar os efeitos da temperatura na mortalidade, a curto (2051-2065) e a longo prazo (2085-2099), e desenvolveu, também, estudos que incorporam cenários demográficos prospetivos em projeções de mortalidade associada à temperatura em condições atuais e futuras (2046-2065), tendo em conta a mortalidade relacionada com o frio e o calor.

A aplicação destes modelos permite “obter resultados sobre a identificação de fatores inerentes à vulnerabilidade climática, contemplando os impactos das alterações climáticas no agravamento de mortes evitáveis e, ainda, conhecer os grupos etários que apresentem vulnerabilidades associadas, à luz de cenários futuros. O objetivo é continuar a reforçar os conhecimentos sobre a modelação e simulação dos impactos das alterações climáticas na saúde da população em Portugal”, explica a investigadora, citada num comunicado.

Em particular, o estudo identificou os grupos de idade (inferior a 65 anos e +65 anos) em risco no âmbito do impacto das alterações climáticas sobre as doenças do aparelho circulatório, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Os resultados, evidenciam, de acordo com Mónica Rodrigues, que para os períodos futuros “prevê-se um aumento da temperatura, quer no verão, quer no inverno, com maior frequência de ondas de calor, tendo influência na mortalidade. Por exemplo, na Área Metropolitana de Lisboa, durante os meses de verão, observa-se um aumento da mortalidade associada ao calor extremo, em todas as idades, na ordem de 1,58% e 0,10% em ambos os períodos (2051-2065 e 2085-2099, respetivamente), comparativamente ao período histórico (1991-2005)”.

“A mortalidade associada ao calor extremo é mais elevada no grupo +65 anos do que no grupo <65 anos, nomeadamente 2,22% vs. 1,38% em 2085-2099, comparativamente ao período histórico. Porém, na Área Metropolitana do Porto, só o grupo +65 anos é que evidencia impactos significativos com a mortalidade associada ao calor de 0,23% em 2051-2065 para 1,37% em 2085-2099”, salienta.

No que respeita aos meses de inverno, o estudo estima, para a Área Metropolitana de Lisboa, uma diminuição da mortalidade associada ao frio extremo na ordem de 0,55% para 2051-2065 vs. 1991-2005 e 0,45% para 2085-2099 vs. 1991-2005. Do mesmo modo, na Área Metropolitana do Porto observa-se uma

diminuição da mortalidade associada ao frio na ordem de 0,31% a curto prazo (2051-2065) e 0,49% a longo prazo (2085-2099), comparativamente ao período histórico (1991-2005).

Segundo a especialista, os resultados obtidos através da modelação climática e em saúde “podem, e devem influenciar a formulação de políticas e incluir uma abordagem preventiva. A ausência de projeções quantitativas que incorporam alterações climáticas em cenários de possíveis alterações demográficas e adaptações limita a evidência sobre os riscos emergentes para a saúde, as definições da exposição da temperatura a nível local e a identificação de zonas/áreas geográficas onde o risco é mais elevado”.

Mónica Rodrigues é uma especialista que integra grupos de trabalho na Organização Mundial da Saúde, na Agência Europeia do Ambiente, na Agência do Ambiente (na Áustria), e integra o grupo de peritos e de revisores especialistas do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC). A sua investigação tem-se dedicado ao estudo do impacto que as alterações climáticas têm nas doenças crónicas em Portugal e na Europa.